

PROCESSO - A.I. Nº 2329410802/02-4
RECORRENTE - FAZENDA PÚBLICA ESTADUAL
RECORRIDO - LANDRENNIS VIEIRA GAVA ME
RECURSO - REPRESENTAÇÃO DA PGE/PROFIS
ORIGEM - INFAZ TEIXEIRA DE FREITAS
INTERNET - 01.10.03

1ª CÂMARA DE JULGAMENTO FISCAL

ACÓRDÃO C/JF Nº 0492-11/03

EMENTA: ICMS. CANCELAMENTO DA INSCRIÇÃO DE CRÉDITO TRIBUTÁRIO NA DÍVIDA ATIVA. Representação proposta de acordo com o art. 119, II, da Lei nº 3.956/81 (COTEB), alterada pela Lei nº 7.438/99, tendo em vista que o débito foi recolhido antes da lavratura do Auto de Infração. Representação **ACOLHIDA**. Decisão unânime.

RELATÓRIO

O presente processo administrativo fiscal tem sua origem no Auto de Infração nº 232941.0802/02-4, que imputou ao autuado a prática de infração consistente no não recolhimento do ICMS diferido, na condição de substituto tributário.

Em sua defesa, o contribuinte alegou o pagamento do imposto cobrado, apresentando, à guisa de comprovação, os DAEs de recolhimento colacionados às fls. 48 a 57.

A validade de tais documentos restou reconhecida pelo próprio autuante, que na sua informação fiscal de fl. 59 afirmou que “*nada mais há que ser cobrado*”, posicionando-se pela Procedência da defesa. Esta, todavia, por ter sido protocolada intempestivamente, não pôde ser apreciada pelo CONSEF, que, não obstante, diante da demonstração do efetivo pagamento, sugeriu a remessa dos autos à Procuradoria Fiscal, instando-a ao exercício do controle da legalidade.

Assim é que os autos aportaram nesta PGE/PROFIS, e, à vista de tudo o quanto deles consta, parece-nos assistir razão ao contribuinte, eis que, dos documentos de arrecadação carreados, aliados aos ora anexados extratos colhidos do SIDAT – Sistema de Informações da Administração Tributária, demonstrando o ingresso da receita respectiva nos cofres estaduais, resulta que efetivamente houve a quitação, na época própria, do imposto diferido cobrado por conduto do presente processo.

Destarte, diante da demonstração de pagamento anterior à lavratura do Auto de Infração, e em face, inclusive, do reconhecimento expresso do próprio autuante quanto à improcedência da autuação, é que, com supedâneo no art. 119, I, da Lei nº 3.956, de 11 de dezembro de 1981 (COTEB), representa esta Procuradoria Fiscal ao egrégio CONSEF pela não inscrição em dívida ativa do Auto de Infração apontado, posto cobrar débito tributário quitado.

Saliente-se que muito embora o § 1º do aludido art. 119 do COTEB somente determine a necessidade de representação ao CONSEF, para cancelamento ou não efetivação da inscrição, nas hipóteses do seu inciso II (vício insanável ou ilegalidade flagrante), tivemos por bem nos valer de tal expediente, considerando que, em razão da recente unificação desta Procuradoria Fiscal com a Procuradoria Geral do Estado, a inscrição em dívida ativa dos débitos tributários saiu de sua esfera de atuação, passando à ingerência de órgão da Secretaria da Fazenda.

Assim, não mais dispondo esta PGE/PROFIS da faculdade de realizar ou não a inscrição do débito, e na medida em que os procedimentos a serem especificamente adotados em casos que tais ainda

não foram definidos, pensamos ser prudente o manejo do instrumento da Representação, para que, reconhecendo-se o pagamento efetuado, não se inscreva o débito em dívida ativa, cancelando-se a respectiva autuação.

À fl. 99 constam DESPACHOS da PGE/PROFIS, da lavra da Procuradora Rosana Maciel Bittencourt Passos e do Procurador Chefe Jamil Cabus Neto, nos seguintes termos:

1. Nos termos da designação contida na Portaria PGE/PROFIS nº 047/2003, publicada no Diário Oficial do Estado de 04 de junho de 2003, acompanho o Parecer de fls. 81/82, formulado pela ilustre Procuradora Leila von Sohsten Ramalho, que conclui pela necessidade de formular representação ao Conselho de Fazenda Estadual, no exercício do controle da legalidade, a fim de que aquele órgão aprecie os pagamentos realizados pelo contribuinte em momento anterior ao de lavratura do Auto de Infração.

Conquanto, a rigor, tal hipótese não se enquadre dentre aquelas que ensejam a representação ao CONSEF, avalizamos o entendimento adotado pela Dr^a Leila von Sohsten Ramalho, no sentido de que a unificação entre os órgãos encarregados da assessoria jurídica do Estado (PGE e extinta PROFAZ), conduzido da qual retirou-se desta última a competência para cancelar inscrição em dívida ativa, rendeu ensejo a uma lacuna legislativa acerca da disciplina do controle da legalidade.

Assim, enquanto não revista a legislação neste particular, é de bom alvitre submeter à apreciação do CONSEF todas as proposições de cancelamento de inscrição de crédito tributário em dívida ativa, tal como ora se faz. Assim, encaminhe-se o processo ao Conselho de Fazenda Estadual – CONSEF, para julgamento.

2. Nos termos da nomeação contida no Decreto Simples do Governador do Estado, publicado no Diário Oficial do Estado da Bahia em 08 de agosto de 2003, bem como, nos termos da designação contida na Portaria Nº 040/03 do Procurador Geral do Estado, publicada no Diário Oficial do Estado em 04 de junho de 2003, acolho o Parecer exarado pela i, Procuradora do Estado Dr^a Rosana Maciel Bittencourt Passos.

Encaminhe-se o presente processo ao CONSEF para julgamento do pedido de representação formulado às fls. 81 e 82.

VOTO

Após exame e análise dos elementos constantes nos autos, concluí pelo acerto dos fundamentos da representação encaminhada pela Douta PGE/PROFIS. Voto pelo ACOLHIMENTO da Representação e consubstanciado pelos documentos (DAEs) apensos às fls. 48 a 57 dos autos pelo sujeito passivo, para comprovar os pagamentos efetuados do débito tributário e que foram inclusive reconhecidos pelo autuante, declaro IMPROCEDENTE o Auto de Infração em lide.

RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 1ª Câmara de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, **ACOLHER** a Representação proposta.

Sala das Sessões do CONSEF, 18 de setembro de 2003.

ANTÔNIO FERREIRA DE FREITAS - PRESIDENTE

NELSON TEIXEIRA BRANDÃO - RELATOR

MARIA JOSÉ RAMOS COELHO LINS DE ALBUQUERQUE SENTO SÉ - REPR. DA PGE/PROFIS